

# PLEBISCITO PARA PRIVATIZAR OU FEDERALIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

---

## *Perguntas & Respostas*

### **O que o governo está propondo?**

O governo do Estado entende que o Rio Grande do Sul precisa continuar mudando e quer que os gaúchos definam que rumo seguir. Por isso, encaminhou à Assembleia Legislativa pedido para realização de plebiscito. Se for aprovado, o eleitor decidirá se o Estado pode privatizar ou federalizar empresas com dificuldades financeiras e operacionais ou se continua tudo do jeito que está.

### **Por que um plebiscito?**

A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul é a única dos estados brasileiros que estabelece que a alienação, transferência de controle acionário, cisão, incorporação, fusão ou extinção de empresas estatais podem ocorrer somente após manifestação favorável da população em consulta plebiscitária.

### **Quais empresas constam no pedido de plebiscito?**

São três empresas:

- Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás)
- Companhia Riograndense de Mineração (CRM)
- Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE Distribuição, CEEE Geração e Transmissão e CEEE Participações)

### **Quais são as perguntas propostas para o plebiscito?**

- Você autoriza a privatização ou federalização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)?
- ]Você autoriza a privatização ou federalização da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás)?
- Você autoriza a privatização ou federalização da Companhia Riograndense de Mineração (CRM)?

### **Este processo começou agora?**

Não. Desde o primeiro ano da atual gestão, o governo vem buscando maneiras de discutir o futuro das empresas estatais deficitárias ou com problemas operacionais.

### **Quais foram as tentativas?**

- O primeiro movimento ocorreu em 2015, quando o governo encaminhou a extinção da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA).
- Em 2016, tendo em vista a pior crise financeira já enfrentada pelo RS e a necessidade de medidas urgentes, o governo encaminha à Assembleia Legislativa o Plano de Modernização do Estado. No documento, constavam as PECs que pediam a retirada da CEEE, CRM e Sulgás da lista de empresas que precisavam ser objeto de plebiscito. O pedido não avançou na AL.
- Honrando compromisso assumido, o governador Sartori encaminhou, em maio de 2017, pedido para realização de plebiscito para decidir sobre as estatais. O presidente da Assembleia Legislativa à época, Edgar Pretto (PT), arquivou o pedido.
- Logo após o arquivamento, 19 deputados entraram com nova solicitação para realização de plebiscito. O presidente remeteu para a Comissão de Constituição e Justiça, onde o pedido acabou sendo inviabilizado e arquivado. Sabendo da necessidade de soluções urgentes para as empresas, o governo entrou com novas PECs, tendo em vista a convocação extraordinária da Assembleia para janeiro deste ano. Novamente, a oposição inviabilizou o avanço do tema. Em paralelo, o governo já elaborava novo projeto de plebiscito, encaminhado em abril deste ano.

### **O governo quer acabar com o patrimônio do Estado?**

De forma alguma. O objetivo é que o Estado possa se dedicar exclusivamente àquilo que a população espera e precisa: saúde, educação, segurança, infraestrutura e políticas sociais. Hoje, o RS tem que tirar dinheiro destas áreas para cobrir os rombos de empresas que teriam resultados muito melhores se estivessem sendo geridas, por exemplo, pela iniciativa privada.

Além da questão financeira, há risco de descontinuidade nos serviços prestados, o que seria drástico para o cidadão. O que importa? Ter um serviço de qualidade para as pessoas ou o Estado ter posse das companhias? O governo quer ouvir a população sobre isso.

### **Por que privatizar ou federalizar a CRM?**

A CRM é uma empresa dedicada à mineração, setor que exige constante investimento. Por problemas operacionais e financeiros, a companhia nunca conseguiu diversificar sua produção e seus fornecedores. A empresa possui apenas um contrato, com a CGTEE - Eletrobrás, que está em vias de privatização pela União devido a complicações econômicas. Esses problemas forçaram a CGTEE a reduzir o contrato com a CRM em 60%. Mesmo com a diminuição, a estatal gaúcha continua com o mesmo quadro de funcionários.

O resultado não poderia ser outro, um déficit estrutural que se mantém ano após ano: - R\$ 18,2 milhões (2015); - R\$ 37,7 milhões (2016); - R\$ 31,8 milhões (2017).

O contrato com a CGTEE tem vigência até 2024. Após esse período, os seus ativos serão suficientes apenas para o pagamento das dívidas e ajustes trabalhistas.

A situação funcional da empresa foi agravada na gestão Tarso Genro, que inchou o quadro de funcionários com mais 100 servidores concursados.

Hoje, a empresa conta com 411 pessoas em seu quadro, com salário médio bruto de R\$ 5.920,00 (com encargos).

A CRM atua em um setor onde a iniciativa privada tem desempenho muito superior, com mais tecnologia e menores custos.

### **Por que privatizar ou federalizar a Sulgás?**

A Sulgás, criada pela Petrobrás, apesar de atuar num setor altamente competitivo, já nasceu com baixo apetite comercial. Em 22 anos de atuação, nunca conseguiu expandir o fornecimento de gás para além do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

As projeções do setor apontam que a companhia teria condições de fornecer até 12 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Hoje, a Sulgás não atinge 17% deste potencial, com fornecimento de cerca de 2 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Para atingir o patamar potencial projetado para 2030, a companhia teria que realizar investimentos de R\$ 1,8 bilhão, recursos que não dispõe.

Não atingir seu potencial significa menor arrecadação de ICMS para o Estado e menos recursos disponíveis para os municípios.

Além disso, a Sulgás é altamente dependente do gás boliviano, pois nunca conseguiu diversificar seus fornecedores. Em caso de desabastecimento na Bolívia, a atuação da empresa corre sério risco. A operação privada permitirá acesso a novas tecnologias e investimentos, aumento e qualificação da prestação de serviço, além de gerar mais receitas para o Estado.

Hoje, a empresa conta com 137 pessoas em seu quadro, com salário médio bruto de R\$ 6.500,00 (com encargos).

### **Por que privatizar ou federalizar a CEEE?**

A CEEE Distribuição é de longe a companhia estatal gaúcha que enfrenta as maiores dificuldades financeiras e operacionais. Não fosse o empenho da atual gestão do Estado, certamente a empresa já teria perdido sua concessão.

Apesar desse esforço, o risco de perda segue altíssimo. Para atender às metas da ANEEL, a CEEE precisaria de um aporte de recursos superior a R\$ 2 bilhões até 2020. Caso contrário, perderá seu maior patrimônio - a concessão.

A empresa tem gerado prejuízos operacionais em sequência. Hoje, o patrimônio líquido da CEEE é negativo: - R\$ 1,2 bilhão.

Nos últimos 10 anos, a empresa já pagou R\$ 1,4 bilhão de passivo trabalhista. Atualmente, tem provisionados para pagar mais R\$ 793 milhões.

Neste cenário, a CEEE não consegue mais investir para qualificação dos serviços prestados. A precarização do atendimento, assim como a perda de concessão, são consequências praticamente inevitáveis.

### **Como alguém irá se interessar por uma empresa com tantos problemas?**

Apesar dos problemas, a CEEE ainda tem seu maior patrimônio, que é a concessão. Além disso, o Grupo CEEE é composto pelas empresas CEEE Geração e Transmissão e CEEE Participações, que não enfrentam as mesmas dificuldades da CEEE Distribuição e serviriam como atrativo para investidores.

### **Qual a relação do plebiscito com o Regime de Recuperação Fiscal?**

A aprovação do plebiscito não garante a retomada de financiamentos pelo Estado, mas sinaliza que o governo está procurando cumprir uma das exigências para adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que é entregar um ativo para poder receber financiamentos. Ou seja, é um grande passo para aderir ao RRF proposto pelo governo federal aos estados em graves dificuldades financeiras, embora sejam necessárias ainda outras condições para a assinatura.

### **Fazer o plebiscito junto com as eleições não é problema?**

Não, muito pelo contrário. Caso tivesse que ser realizado em outro ano, o plebiscito teria custo estimado de R\$ 18 milhões. Junto com as eleições, tem custo zero. Além disso, fazer o plebiscito concomitantemente com as eleições aumenta a participação e permite que mais gaúchos definam os rumos das empresas e do Estado.